

Aos MM.DD.

Comissão Permanente de Licitações do Município de Mormaço/RS

Senhor Presidente da Comissão de Licitação

Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal

CONTRARRAZÕES E INTERPOSIÇÃO DE DEFESA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. Tomada de Preços 003/2019

A T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI ME, empresa de construção civil, sediada no Município de Carazinho/RS no endereço Rua Monte Alegre, 501 Fundos, Bairro Floresta, inscrita no CNPJ 32.313.218/0001-92 e registro no CREA/RS sob o n.º 235870, aqui representada pelo responsável pela empresa o Sr. Tiago de Oliveira Carpes, cujo CPF 004.166.210-58, residente e domiciliado a Rua Alberto Pasqualini esq., com a rua Bernardo Paz no Bairro Medianeira no Município de Carazinho/RS, vem respeitosamente por meio deste a esta qualificada Comissão contra-razoar a respeito do recurso imposto pela empresa concorrente do certame de Tomada de Preços 003/2019.

AS CONTRA-RAZÕES DO RECURSO IMPETRADO

Alega a concorrente, depois de concluídas as fases de aberturas de envelopes documentação e propostas ao serviço a ser contratado para a Construção da Academia da Saúde, na praça central do Município, que ela, a empresa GOLD ACABAMENTOS LTDA – ME, seria a vencedora do certame se embasando que nos seus envelopes haveria um documento a mais, não exigido em edital, e que seria substancial para sagrar vencedora do certame, e que a empresa T. DE OLIVEIRA CARPES não havia apresentado, alegando a concorrente, como uma



T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI ME

RECURSO ADMINISTRATIVO – DEFESA CONTRA RAZÕES TEMPESTIVO

falta imperiosa e a desclassificação eminente o fato de que a empresa não atende ao que demanda o Edital e às Leis de Licitações. A ver ao que se precipita:

I- A Alegação: A falta de documentação no envelope "Proposta"

A concorrente se agarra ao fato que juntou ao envelope proposta, dentre as planilhas pedidas pela Administração Municipal tais como planilha orçamentária e a de cronograma físico e financeiro, além do que pedido ao de BDI (Benefícios E Despesas Indiretas), elencou mais uma, que não era solicitada para o certame no instrumento balizador, o Edital. A alegadora se apegou a esse documento, não demandado pelo Edital, como se fosse peça fundamental que na verdade apenas ilustra a composição do BDI. Vejamos o item 4.3.1 do Edital:

(...)

ENVELOPE NÚMERO 02 PROPOSTA FINANCEIRA.

Terão na parte externa as seguintes indicações obrigatórias:

AO MUNICIPIO DE MORMAÇO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019.

ENVELOPE Nº 02 Proposta Financeira

NOME COMPLETO DO LICITANTE

4.3.1 O envelope número 02 deverá conter o seguinte:

- a) Ofício da proposta financeira, mencionando o preço total (material e mão-de-obra) e o preço global do objeto, bem como planilha de valores contendo o preço unitário, discriminando materiais e serviços, conforme planilha de custos em anexo, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado, bem como o cronograma físico financeiro da obra e planilha do BDI detalhada, assinada pelo proprietário e engenheiro/arquiteto.

As propostas, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverão ser apresentadas em linguagem clara e explícita, sem rasuras ou entrelinhas, datadas e assinadas por seu representante legal, contendo os valores expressos em reais, somente com duas casas após a vírgula.

OBSERVAÇÕES: - Nos preços cotados deverão ser incluídas todas as despesas referentes à obra, inclusive impostos, taxas, contribuições parafiscais, leis sociais, demais despesas pertinentes a execução da obra especificada neste Edital.



-Não serão aceitas propostas acima do valor global, e acima do valor de referência de cada item, ou que deixem de atender, no todo ou em parte, qualquer das obrigações deste edital, bem como aquelas manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivos.

-Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou qualquer documento.

- As propostas com rasuras e/ou retificações serão desclassificadas.

(...)

II- A DEFESA: ARGUMENTAÇÃO SOBRE QUE JÁ FORA DEPRECADO EM ESTÂNCIAS SUPERIORES E COMENTÁRIOS

Ora vendo no enunciado 4.3.1 Editalício, logo no primeiro parágrafo, em destaque sublinhado pelo contra-recorrente, vê-se os três itens claros a ser incluso no envelope nº 2 'Proposta', que mais abaixo se argumenta:

1º - (...) O Ofício da proposta financeira, mencionando o preço total (material e mão-de-obra) e o preço global do objeto.

Entende-se que se trata de uma carta proposta, um documento datilografado, ou um escrito que aponta claramente o valor global da obra, e sendo valor global, entende-se que fazem parte deste, dois subtotais que envolvem esse computo, o valor de materiais a serem empregados na obra e o valor de mão-de-obra que envolve tal aplicação.

E para computar o valor de mão-de-obra, é necessária a previsão orçamentária das despesas acessórias inerentes a cada serviço prestado, ou seja, impostos, taxas, contribuições entre outras despesas, seja ela executada pela contratante ou por outra terceirizada.

2º - (...) bem como o cronograma físico financeiro da obra, (...)

Segundo elemento que comporia o envelope proposta é a planilha onde será decomposta o período de duração da obra versus valores a serem pagos pela Municipalidade em detrimento ao serviço executado.

Simplesmente os valores a serem pagos mensalmente pelo Município em virtude dos serviços executados pelo Contratado.

3º - (...) e planilha do BDI detalhada; (...)

Terceiro elemento do primeiro parágrafo é claro, fornecer a planilha detalhada do BDI, de acordo com parâmetros fornecidos pela Municipalidade, e não aponta em qualquer forma a inserção de outra planilha.



Em vista, se adicionada outra diferente daquelas que estão demandadas, em nada interferiria no certame. E para esses três primeiros quesitos, se refere a seguir os notórios autores:

As lições de **José dos Santos Carvalho Filho**^[1], o “princípio do formalismo procedimental” passa a noção de que as regras procedimentais adotadas para a licitação devem seguir parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo.

Todavia, é preciso atentar para que, no cumprimento desse princípio, não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado à forma e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade precípua do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública^[1].

Adicionando, **Fabrizio Santos Toscano** pincela que ‘Conforme se extrai da regra inserta no parágrafo único do art. 4º da Lei 8.666/93, a licitação é regida pelo “Princípio do Procedimento Formal”. Nesse sentido, o procedimento licitatório é vinculado às prescrições legais que o regem, em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei em sentido estrito mas, também, do regulamento, do edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere^[2].

No curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, expressão muito bem colocada por **Marçal Justen Filho**. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilitação dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração^[3].

No posicionamento de **Hely Lopes Meirelles** disserta em que não se pode admitir que sejam feitas exigências inúteis ou desnecessárias à licitação; que se anule procedimento ou fase de julgamento; inabilite licitantes ou desclassifique propostas, quando diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou proposta que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes^[4].

^[1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª Ed. rev. ampl. atual.; Atlas, São Paulo, 2012, pg.246.

^[2] TOSCANO, Fabrizio Santos. O princípio do procedimento formal e o formalismo. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3286, 30 jun 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22134>. Acesso em: 23 set. 2019.

^[3] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, pg.60.

^[4] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34ª Ed.; Malheiros. São Paulo. 2008, pg. 276.

Ademais, é preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público. É a idéia da instrumentalidade do procedimento, que também é de ser aplicada.

Apesar desse entendimento, escorado em mais abalizada doutrina administrativista, não é incomum verificar distorções em decisões administrativas, aonde se verifica um prestígio ao rigorismo formal desarrazoado, sob a falsa idéia de se estar cumprindo a lei, ou ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Nesses casos, aonde se verifica violação ao interesse público primário e ao direito dos licitantes, submetidas às questões em juízo encontra-se guarida no entendimento dos Tribunais, em especial, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pelo repúdio ao formalismo exacerbado, exemplificando e tipificando em outros casos, in verbis:

a) 1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

I. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

II. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo (...)

Ou ainda:

b) 4ª Câmara Cível do TJ-ES: Agravo de Instrumento (AG) nº 14119000793, rel. Desembargador MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO DO MANDAMUS - REJEITADA - MÉRITO -

LICITAÇÃO - MENOR PREÇO - INABILITAÇÃO DO RECORRIDO VENCEDOR - EXCESSO DE FORMALISMO - MALFERIMENTO À ADMINISTRAÇÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO

I - A impetração do *mandamus* e a concessão da liminar, deram-se ainda dentro do prazo recursal, ou seja, não poderia a autoridade coatora ter considerado encerrado o certame. Preliminar rejeitada.

II - A inabilitação do recorrido, ao menos numa análise superficial, mostrou-se desarrazoada, medida esta empregada pela municipalidade por apego excessivo ao formalismo, ocasionando, possível malferimento a própria administração, razão pela qual, o entendimento do Magistrado de piso revela-se escorreito (...)

Ou ainda:

c) 4ª Câmara Cível do TJ-MG: Apelação Cível (AC) nº 5874442-89.2009.8.13.0024; Relator Desembargador ALMEIDA MELO:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

I- Em mandado de segurança, verificado que a documentação apresentada atendeu às exigências e ao objetivo do instrumento convocatório, afasta-se o ato administrativo que inabilitou a Impetrante no procedimento licitatório. A interpretação dos termos do edital de licitação não pode determinar a prática de atos que contrariem a finalidade do procedimento, restrinjam o número de concorrentes e prejudiquem a escolha da melhor proposta. Recurso não provido.(...)

Não obstante, há um quarto quesito que a recorrente GOLD não observou, as a contra-recorrente T.OLIVEIRA CARPES se valeu e de forma mui clara denota-se com sua proposta, planilhas e BDI, o embasamento da seguinte frase que está datilografado no item 4.3.1 do Edital de Tomada de Preços 003/2019, repitamos a sentença: (...)



T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI ME

RECURSO ADMINISTRATIVO – DEFESA CONTRA RAZÕES TEMPESTIVO

- Nos preços cotados deverão ser incluídas todas as despesas referentes à obra, inclusive impostos, taxas, contribuições parafiscais, leis sociais, demais despesas pertinentes a execução da obra especificada neste Edital.

(...)

Ora, corrobora-se de forma clara e imediata que as despesas tais como 'contribuições parafiscais, leis sociais, demais despesas' estão devidamente inclusas no computo da formação do preço global, não se desafiando destas despesas, pois certamente se fosse ao contrário, o valor seria mais baixo e de forma vil não representaria o real valor de custo da empresa, onerando a severamente.

Alia-se a esta afirmativa o que vide em Carta proposta apresentada à Municipalidade, assinada pelo Representante da Empresa e por seu Responsável Técnico, onde reinteram o que leram no Edital. Segue fac-símile extraído do Sítio do TCE/RS Licitacon Cidadão:

T. de Oliveira Carpes EIRELI
MT Construções
CNPJ 32.313.218/0001-92
CARAZINHO/RS
Planilha de Propostas de Preços - Tomada de Preços 03/2019

Razão Social da Pessoa Jurídica	T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI
CNPJ	32.313.218/0001-92
Endereço	RUA MONTE ALEGRE
Cidade	CARAZINHO
CEP	99500-000
Telefone	54 99690 3161
Representante legal	
CNP	004 166.210-58
Endereço	RUA MONTE ALEGRE
Cidade	CARAZINHO
CEP	99500-000
Telefone	54 99689 5041
RG	501 FUNDOS
Estado	RS
Email	confereciatas@protonmail.com
	TIAGO DE OLIVEIRA CARPES
	RG 9085057769 SIS/RS
Dados Bancários:	
Caixa Econômica Federal	
Agência Carazinho/RS	Cod Ag. 0464
Operação	0300
Conta Corrente	4464 2

Apresento proposta comercial referente à tomada de preços 03/2019, cujo objetivo constitui na contratação de empresa para realizar por regime de empreitada global (materiais e serviços) para construção da Academia da Saúde conforme memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros elaborados pelo setor de engenharia, conforme valores descritos nas tabelas e planilhas a seguir

O VALOR PARA EMPREITADA POR REGIME GLOBAL DA OBRA É DE:

(CENTO E TREZE MIL CENTO E SETENTA E SEIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) R\$ 113.176,33

Materiais R\$ 79.223,43
Mão de obra R\$ 33.952,90

Obs: Validade de proposta é de 60 dias a contar a data acima
O Valor acima descrito estão inclusos todas as despesas decorrentes do exercício dos trabalhos, impostos e demais operações com pessoal, com BDI utilizado de 26,38% em consonância ao acordo TCU)

T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI
REPRESENTANTE TIAGO DE OLIVEIRA CARPES

MT Construções
CNPJ 32.313.218/0001-92

TARSO CADORE
ENGR CIVIL RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA T. DE OLIVEIRA CARPES

Tarso Cadore
Eng Civil
CREA-RS 226372

Almooço/RS 12 de setembro de 2019

T. DE OLIVEIRA CARPES EIRELI ME

RECURSO ADMINISTRATIVO – DEFESA CONTRA RAZÕES TEMPESTIVO

Ainda, Marçal Justem Filho, considera que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não-indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados significam tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração do contrato, sob essa alegação.

A conjugação dos diversos dispositivos referidos no edital evidencia ter-se adotado a opção da natureza meramente informativa das planilhas anexas à proposta comercial. O licitante tinha o dever de formular proposta comercial, cujo valor compreenderia a remuneração por todas as despesas necessárias à execução do objeto licitado — nos limites em que concebido. Portanto, os termos contidos nas planilhas seriam insuficientes para influenciar o julgamento do certame.

Três aspectos específicos do ato convocatório devem ser destacados neste ponto:

Em primeiro lugar, o ato convocatório não previa que a existência de algum defeito, incongruência ou inconsistência, nas planilhas acarretaria alguma consequência para o licitante.

Não estava previsto que a comprovação do defeito na planilha acarretaria o refazimento dos cálculos ou a eliminação do licitante. Nem havia a determinação de que a avaliação equivocada acerca do BDI, ou a falta nesta contra-razão a Questão tabela de Encargos Sociais, por exemplo, redundaria na eliminação da proposta.

A ausência de disposição editalícia sobre a matéria acarreta a conclusão jurídica de que o conteúdo desses documentos não apresentava cunho de relevância para fins de avaliação jurídica da Administração.

Justamente por isso, estabeleceu a irrelevância da ausência de previsão em planilha de alguma despesa (direta ou indireta) por parte do licitante. A regra era a de que o valor ofertado pelo licitante seria suficiente e bastante para cobrir todas as despesas necessárias à execução do objeto. Se alguma outra despesa se revelasse necessária, levando-se em conta os elementos considerados por ocasião da licitação, incumbiria ao licitante arcar com as consequências.

Ou seja, o edital estabelecia um ônus para o licitante, consistente em incluir em suas estimativas todas as despesas possíveis, inclusive diluindo outros encargos nos demais itens específicos.

Ressalte-se que essa alternativa de solução editalícia não pode ser criticada nem como desconhecida da praxe administrativa, nem como inválida. Tal como exposto acima, ao analisar-se a evolução jurisprudencial, há pelo menos três manifestações, aqui expostas anteriormente, das mais altas Cortes acerca da validade e correção dessa opção. O STF reconheceu que a ausência de

preenchimento de uma planilha não se constitui em defeito insanável, prevalecendo o valor global ofertado pelo licitante. O TCU avalizou o entendimento de que um edital pode determinar que a planilha é meramente informativa, arcando o licitante com os efeitos econômicos negativos ou positivos de erro no seu conteúdo.

Correta ou incorreta a estimativa, trata-se de questão puramente interna da órbita privada da Consulente. Não cabe à Administração impugnar essa estimativa pelo preciso motivo de que a suficiência ou insuficiência do montante não apresenta pertinência a si.

Ressalte-se que a determinação dos encargos trabalhistas pode ser variável em função da estruturação adotada pelo licitante acerca da execução da obra.

Ademais disso, existem inúmeras disputas entre particulares e as entidades encarregadas pela Seguridade Social acerca da avaliação dos encargos sociais. A fixação da contribuição sobre a folha de salários tem gerado controvérsias infundáveis, visto que o sistema de seguridade demanda a ampliação crescente e permanente de receitas. Daí a ocorrência sempre reiterada de autuações e imputações de infração, as quais são acompanhadas de ameaça de tipificação penal das condutas praticadas pelo empresário.

Ou seja, se o empresário deixar de recolher determinada verba por reputá-la indevida, estará sujeito não apenas à responsabilização tributária, mas também a processo penal.

Como se não bastasse, a divergência de entendimentos acerca da extensão de encargos sociais poderá desaguar na ausência de regularidade perante o INSS — motivo bastante e suficiente para impedir o acesso da empresa às licitações promovidas pela Administração Pública.

III- O PEDIDO – RECONSIDERAÇÃO DO CONTRA-RECORRENTE T.DE OLIVEIRA CARPES

EIRELI


Diante de todos os aspectos elencados em favor do contra-recorrente T DE OLIVEIRA CARPES EIRELI ME, neste compêndio de argumentos de bom lastro legal, de boa proposta que enseja a Administração Municipal e demonstrando de estarte que a parte da Recorrente GOLD ACABAMENTOS LTDA ME, não é de boa valia, uma vez que o recurso por ela apresentado vai ao contrário dos princípios da economicidade, uma vez que sua proposta é a mais onerosa à Administração Pública; e na licitação corrente, a Recorrente Gold não colabora para uma discussão isonôma, baseada em princípios constitucionais da eficiência, da moralidade, da probidade administrativa, na célere dos procedimentos licitatórios e incapacitar e de afastar a real finalidade

da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados; Pede-se à digníssima e imparcial Comissão Especial de Licitações a reconsideração na participação da Empresa T. de Oliveira Carpes na Licitação Tomada de Preços 003/2019, considerando habilitada em todas as etapas e fases de Habilitação e Propostas, contidos no Edital de Licitação da Prefeitura de Mormaço/RS.

Nestes termos, pede-se o a reconsideração e o deferimento do pedido supra.

Abaixo assino, sob as Penas da Lei

Carazinho, 24 de setembro de 2019



Tiago de Oliveira Carpes

Responsável pela Empresa

T.de Oliveira Carpes EIRELI ME

CNPJ 32.313.218/0001-92